

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação, através do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na realização de eventos recreativos e de lazer, contemplando brinquedos infláveis, tendas, pintura artística facial, distribuição de pipoca e algodão doce, com equipe de transporte e monitoria, pelo período de 01 (um) ano, prorrogável por igual período conforme art. 84 da Lei 14.133/21, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos do artigo 28, inciso I c/c art. 17, §2º c/c art. 78, inciso IV da Lei 14.133/21 e art. 3º, incisos I, II e V do Decreto Federal n.º 11.462/2023.
1.4	Período:	01 (um) ano.
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/21

1.6 Serviço de realização de eventos recreativos e de lazer, contemplando brinquedos infláveis, tendas, pintura artística facial, distribuição de pipoca e algodão doce, com equipe de transporte e monitoria, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE.
01	PINTURA ARTÍSTICA FACIAL , na mão ou no braço, como também em outras partes do corpo. Utilizar tinta atóxica apropriada e outros acessórios, como pincéis de vários diâmetros e glitter especial, para dar brilho. Equipe de, no mínimo, 02 (dois) monitores. Os monitores devem ser especializados e dispor de um leque de opções de maquiagens como: desenhos animados, temas de filmes, personagens, bichinhos, símbolos de super-heróis, entre outros, tornando a imaginação e sonho das crianças realidade, além de fazer delas verdadeiras obras de arte. Todo material incluso. Período de 4 horas por dia de evento.	19372	SERVIÇO	36
02	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE PIPOCA (MATERIAL INCLUSO - POR DIA) Feito na hora, servido por pessoal uniformizado. Incluso todo o material e pessoal necessário. Tamanho do saquinho: 15 cm x 7,5 cm (aproximadamente) 01 máquina com, no mínimo, 01 pessoa servindo	20648	SERVIÇO	48



	Período de 4 horas por dia de evento. A MAQUINA DEVE SER ELÉTRICA, NÃO SENDO PERMITIDO O USO DE BOTIJÃO DE GÁS. Com montagem, desmontagem e transporte.			
03	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE (MATERIAL INCLUSO - POR DIA) Algodão doce feito na hora. Incluso todo o material e pessoal necessário. 01 máquina com 01 pessoa servindo Período de 4 horas por dia de evento. A MÁQUINA DEVE SER ELÉTRICA, NÃO SENDO PERMITIDO O USO DE BOTIJÃO DE GÁS Com montagem, desmontagem e transporte.	20648	SERVIÇO	48
04	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL HIGHJUMP HighJump 5 metros fabricado em tubos de aço, cama elástica de pelo menos 3 metros de diâmetro com todos os equipamentos de segurança, elásticos do modelo Power Cord's e cintos fabricados em conformidade com todas as normas técnicas NBR/TUV. Apta a atender crianças de 4 anos até adultos de 90kg. Equipe Operacional: 2 monitores. Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	24
05	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL Dimensões mínimas: 2,80m (l) x 4,00m (c) x 3,40m (a) Confeccionado em lona KP 1000 Deverá vir acompanhado de 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v). Apto a atender crianças a partir de 04 anos Equipe Operacional: 1 monitor Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	36
06	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL BALÃO BOLHA Dimensões mínimas: 4,00m de diâmetro x 4,00 m (A) Deverá vir acompanhado de 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v) Apto a atender crianças de, no mínimo, 2 anos de idade. Equipe Operacional: 2 monitores Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	24
07	LOCAÇÃO DE CIRCUITO DE KART A PEDAL Locação de, no mínimo, 5 unidades de Pedal Karts com sistema de freio BFR (permite pedalar para frente, frear	18236	SERVIÇO	12



	<p>contra pedal e pedalar para trás).</p> <p>Compõe o pacote: 3 unidades de pedal karts medindo aproximadamente 1,56(C)x0,86(L)x 0,81 (A) e 2 unidades de pedal karts pequenos medindo aproximadamente 1,15(C) x 0,65 (L) x 0,61 (A). Ambos produzidos com aço-carbono, plástico (PVC/PP/PE), borracha e alumínio, sob os maiores padrões.</p> <p>Com pista inflável medindo aproximadamente 8x18x3.</p> <p>Deverá ser apto a atender a faixa etária a partir de 4 anos de idade.</p> <p>Equipe Operacional: mínimo de 4 monitores</p> <p>Com montagem, desmontagem e transporte.</p> <p>Período de 4 horas por dia de evento.</p>			
08	<p>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL MONTANHA DE ALPINISMO</p> <p>Dimensões mínimas: 4,90m (C) x 4,90m (L) x 4.60m (A)</p> <p>Confeccionado em lona KP 1000</p> <p>Deverá acompanhar 01 motor monofásico de 1cv c/ chave Reversora de voltagem (110/220v)</p> <p>Kit de Alpinismo: 02 Cadeiras de escalada, 01 Freio “8”, 02 Mosquetões, 01 Malha Rápida, Corda estática.</p> <p>Equipe Operacional: mínimo de 3 monitores</p> <p>Com montagem, desmontagem e transporte.</p> <p>Período de 4 horas por dia de evento.</p>	18236	SERVIÇO	24
09	<p>LOCAÇÃO DE ARENA PARA SKATE ELÉTRICO</p> <p>12 unidades skates elétricos operando até 10 simultaneamente.</p> <p>Arena de aproximadamente 100 m² cercada com grades formando uma pista segura.</p> <p>Todos os equipamentos de segurança necessários: capacete, joelheiras, cotoveleiras e protetores de punho).</p> <p>Equipe Operacional: 4 monitores</p> <p>Com montagem, desmontagem e transporte.</p> <p>Período de 4 horas por dia de evento.</p>	18236	SERVIÇO	12
10	<p>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PAREDE DE ESCALADA</p> <p>Fabricada em estrutura metálica autossustentável, placas em compensado naval de pelo menos 20mm.</p> <p>Dimensões aproximadas: 6 metros de altura, 3 metros de largura, com duas vias de escalada, freios “grigri” que travam o participante automaticamente, evitando qualquer risco para o usuário. Cordas e equipamentos de alpinismo. Incluindo todos os aparatos de segurança.</p> <p>Equipe Operacional: 3 monitores</p> <p>Com montagem, desmontagem e transporte.</p> <p>Período de 4 horas por dia de evento.</p>	18236	SERVIÇO	06



11	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO CORRIDA DE OBSTÁCULOS Corrida de obstáculos inflável fabricada em lona kp1000 contendo mini escalada, tobogã, piscina de bolinhas e obstáculos para desafiar os participantes. Dimensões aproximadas: 5mx7mx1,50m Apto a atender crianças a partir de 3 anos. Deverá contar com motor de 220V ou bivolt. Equipe Operacional: 1 monitor Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	36
12	LOCAÇÃO DE QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL COM OU SEM SABÃO Dimensões mínimas: 4,00x8,00m Confeccionado em nylon emborrachado e KP 1000 02 motores de ½ cv cada com voltagem 220v acoplados ao brinquedo Apto a atender crianças a partir de 3 anos. Equipe operacional: 02 monitores Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	24
13	LOCAÇÃO DE ARENA GAMER Equipamentos: 02 TVs de pelo menos 40 Polegadas, 02 consoles de vídeo game de última geração, incluindo 01 Óculos de Realidade Virtual), 01 Box Retrô para games antigos multiconsoles. Suporte para Tv's, tapete de grama sintética, puffs e assentos suficientes para todos. Equipe Operacional: 03 monitores Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	16721	SERVIÇO	12
14	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL AIR SOCCER Com medidas aproximadas de 2,50m(C) x 1,50m(L) x 1,20m(A). 3 saídas de ar para cada time (6 no total) Equipe Operacional: 1 monitor Mínimo de 5 bolinhas Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	36
15	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL GUERRA DE COTONETES Com base inflável fabricada em lona KP1000 com dimensões aproximadas de 5x5x1,6m, duas bases redondas de apoio semirrígidas (D33 aprox.) e, o mínimo, dois bastões "cotonetes" com proteção em espuma nas pontas.	18236	SERVIÇO	36



	Equipe Operacional: 2 monitores Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.			
16	LOCAÇÃO DE CANHÃO BANHO DE ESPUMA Com tripé para sustentação, mangueiras, matéria-prima da espuma, reservatório de aproximadamente 200l, bomba d'água e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento. A espuma deve ser atóxica, própria para a utilização a que se destina. O canhão deve projetar uma quantia generosa de espuma. Equipe Operacional: 1 monitor Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	36
17	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOURO MECÂNICO com arena/colchão inflável confeccionado em lona KP1000 de aproximadamente 5x5m, touro de montaria completa (cabeça, chifre e rabo) Equipe Operacional: 2 monitores. Com montagem, desmontagem e transporte. Período de 4 horas por dia de evento.	18236	SERVIÇO	36
18	LOCAÇÃO DE TENDA PIRAMIDAL 10X10m Fabricada em estrutura metálica tubular de alta resistência. Com cobertura em lona anti-chama e resistente a raios UV. A lona deverá estar sempre limpa e em boas condições de uso. A tenda deverá possuir sistema de montagem fácil e prática, de modo a demandar menos tempo para a montagem e desmontagem dos eventos. Inclui montagem, desmontagem e transporte, bem como itens acessórios que assegurem a ancoragem da tenda, como estacas, cordas ou cabos de aço.	21164	SERVIÇO	24

1.7 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 22.959/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado do recebimento, pela contratada, da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.10 Trata-se de Serviço/aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1 Sustentabilidade:

4.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1 A contratada deverá observar que os itens que compõem a presente contratação deverão ser itens que apresentem baixo impacto sobre recursos naturais, como fauna, flora, água, ar e solo, conforme se depreende do art. 4º do Decreto Federal n.º 7746/2012.

4.1.2 Para atender de maneira eficiente a esta Administração Pública, a contratada deverá prestar o serviço nas seguintes condições:

4.1.2.1 A contratada deverá dispor de equipes de transporte, monitores, e equipe de montagem e desmontagem dos equipamentos;

4.1.2.2 A contratada se responsabilizará por toda e qualquer situação atípica que envolva a utilização de seus materiais, garantindo ao público participante dos eventos total segurança na utilização dos equipamentos;

4.1.2.3 Todos os itens deverão ser montados com pelo menos sessenta minutos de antecedência ao horário estipulado para o início dos eventos; e deverão ser desmontados em até sessenta minutos após o término do evento, a fim de evitar prejuízos à fluidez do trânsito nos locais dos eventos, uma vez que a maioria destes eventos serão realizados em via pública;

4.1.2.4 A contratada será responsável pelo transporte, montagem, desmontagem, monitoria, e todos os demais serviços necessários à execução do objeto;

4.1.2.5 Os itens serão divididos por eventos, levando-se em consideração a duração média de 4 horas por evento, podendo haver pequena margem para mais ou para menos;

4.1.2.6 Em razão do alto número de eventos recreativos realizados por esta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, bem como levando-se em consideração a possibilidade de remarcações de datas, cancelamento de eventos ou fatores climáticos, que acabariam impedindo a realização destes, **é imprescindível que a empresa a ser contratada seja estabelecida no Município de Nova Friburgo OU em municípios próximos**, de modo a facilitar a logística da prestação dos serviços;

4.1.2.7 Todas as despesas referentes a insumos a serem utilizados nos itens, tais como milho para pipoca, sal, óleo, açúcar, tintas, detergentes, etc., deverão correr por conta da empresa vencedora do certame.

4.1.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.4 Não haverá exigência das garantias da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, uma vez que o referido dispositivo legal deixa facultado à autoridade competente a sua exigência, o que não se vislumbra na presente contratação em razão do caráter imediato da execução dos eventos pretendidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1 A execução dos serviços deverá ser realizada na data do evento, que será informada no momento da apresentação da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, que deverá ser de, pelo menos, 03 (três) dias de antecedência.

5.2 Caso não seja possível a prestação do serviço na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.3 Todos os serviços serão prestados dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, sendo o endereço específico informado no momento da apresentação da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento.

5.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3 A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.3 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.4 Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.5 A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.6 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.7 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.9 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.10 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.11 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.12 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.13 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.14 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.15 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.15.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.15.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

- 6.15.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 6.15.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº 14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, N. 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP.: 28.613-001.**

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, (https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. (https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 7.3.1.1 Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 7.3.1.2 Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 7.3.1.3 FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 7.3.1.4 Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 7.3.1.5 Estadual CND – referente ao ICMS.

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.3.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, I c/c art. 17, §2º e art. 78, IV da Lei 14.133/21, além do art. 3º, I, II e V do Decreto Federal n.º 11.462/23.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica:

- A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 Qualificação Econômico-Financeira:

8.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da

Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

8.14.4 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.5 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.14.6 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8.14.7 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

8.15 Qualificação Técnica:

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do serviço objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (*e-mail*) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n) as despesas assessoriais decorrentes da plena utilização dos itens registrados, tais como consumo de água, energia elétrica, emissão de ART (anotação de responsabilidade técnica), quando necessário, serão de inteira responsabilidade da contratada.

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços prestados;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Registro de Preços;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações da Ata;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que

aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023. (<https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/966/Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html>).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Mun. de Esportes e Lazer	2001.2781200452.120	172000000017	33903931

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Nova Friburgo/RJ, 15 de outubro de 2024.

<p>GESTOR:</p> <p>Andreza Amorim dos Santos Matr.: 063.401</p>	<p>APOIO ADMINISTRATIVO:</p> <p>Matheus M. Sanglard Matr.: 063.395</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 22.959/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

João Victor de Carvalho Duarte

Secretário Municipal de Esportes e Lazer

Matr.: 063.733